



Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

ISSN 2359-5051

TERRITÓRIO: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA NA VIDA DA CRIANÇA INDÍGENA

TERRITORY: SPACE OF EDUCATION AND CULTURE IN THE LIFE OF INDIGENOUS CHILDREN

Carine Fontes Ribeiro¹

Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

Este artigo, investiga a importância do território para a transmissão de conhecimento para a criança indígena, com seus saberes prévios dentro da cultura, originado dentro da suas vivências, memórias, costumes, com o seu modo específico e característico em uma educação que afirma a sua identidade e permite ter o direito de educar e ser educado perante a suas tradições. A pesquisa, visa contribuir também numa educação mais justa e inclusiva, que valoriza a diversidade cultural e a importância do conhecimento tradicional e que a criança indígena, não precisa somente de um lugar para brincar, mas um lugar para aprender sobre a vida, sobre a cultura e sobre a história do seu povo. A pesquisa demonstrou a importância crucial do território para a educação indígena, revelando como a perda de terras ancestrais impacta a cultura, a identidade e o desenvolvimento integral das crianças indígenas

Palavras-chave: Criança Indígena, Educação, Território

ABSTRACT

This article investigates the importance of territory in transmitting knowledge to Indigenous

¹ Licenciada em Pedagogia pela Faculdade FACSUL. Especialista em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia pela Faculdade NOVOESTE. Especializanda em Alfabetização, letramento e educação especial: perspectivas na inclusão e na diversidade cultural, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul E-mail: cariribeiro2020@gmail.com

² Professora e Orientadora do Programa de Especialização Lato Sensu em Alfabetização, Letramento e Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Culturais (UFMS). Licenciada em Pedagogia (UNIVALE). Especialização em Orientação Educacional (UNIVALE). Especialização em Administração: Capacitação Empresarial (UFSM). Mestrado em Educação (ULBRA). Doutorado em Educação (UDELMAR). Pós-doutorado em Neurociências (FURG). Estágio Pós-doutorado em Educação (UCDB). E-mail: janete.fonseca@ufms.br.

Dossiê II Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural. Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 1, n. 17, fev. 2025

children, considering their prior knowledge within their culture, originating from their experiences, memories, and customs, with their specific and characteristic way of learning in an education that affirms their identity and allows them the right to educate and be educated according to their traditions. The research aims to contribute to a fairer and more inclusive education that values cultural diversity and the importance of traditional knowledge, recognizing that Indigenous children need not only a place to play but also a place to learn about life, their culture, and the history of their people. To develop this work, I will use as an example my observations and interactions with the Kinikinau people, with whom I have lived for a year. I have followed their steps, their struggles, and their learning practices, focusing primarily on Indigenous children. The research demonstrated the crucial importance of territory for indigenous education, revealing how the loss of ancestral lands impacts the culture, identity and integral development of indigenous children

Keywords: Indigenous Child, Education, Territory

1. INTRODUÇÃO

Sabemos pela história que o período da colonização deixou marcas subterrâneas nos territórios dos Povos Indígenas: exploração, invasão, foi algo maléfico que trouxe critérios de uma imposição para nacionalizar e forçar os Povos Indígenas a viver em um sistema que coloniza e subtrai todas a suas vivências, tradições, língua, cultura e memória, perda de sua identidade para se inculutar de um novo jeito dentro de uma sociedade colonizadora.

Este artigo mergulha no universo da criança indígena, buscando retratar a sua realidade tão diversa e ampla. Abordaremos a educação indígena, destacando os desafios e as conquistas na construção de um sistema educacional que respeita a singularidade, pluralidade, respeite e valorize as culturas e línguas originárias. A relação entre a criança e o território, mostrando como a conexão com a terra molda a sua identidade e o seu desenvolvimento. A riqueza da arte e dança indígenas será um pouco retratado, como formas de expressão, transmissão de conhecimento e resistência cultural.

As agressões feitas pela sua própria identidade, ameaças, onde aliou a propagação da fé, através da educação, trouxe destruição diante da sua cultura, ancestralidade, religião, valores, costumes, como um todo, foi um instrumento de deseducação diante de todo o seu contexto, processo e vivência.

Finalmente, refletiremos sobre o papel da língua materna na formação das crianças indígena, reconhecendo a sua importância na preservação da cultura e na construção de uma identidade forte e autônoma.

Pela Constituição Federal de 1988, abriu um grande leque para os Povos Originários, que a educação seja personificada de acordo com a sua história, cultura e vivências, valorizando o seus saberes, oralidade, língua, organização de cada grupo. Não forçar métodos

Dossiê II Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural. Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP. Edição Especial. Aquidauana, v. 1, n. 17, fev. 2025

estruturais dentro de um sistema que coloniza, mas que permita a viver a sua própria reorganização diante de um pluralismo com métodos pedagógicos e próprios que afirmam seus modos próprios de educação, concedendo a liberdade de ensinar, aprender e a viver a arte do conhecimento, compartilhando os seus saberes, somando, dentro de uma diversidade cultural. Esse reconhecimento concede a liberdade de ensinar, aprender e a viver a arte do conhecimento, promovendo e compartilhando saberes em meio a diversidade cultural.

Por meio desta pesquisa, baseada em minha experiência pessoal com o Povo Kinikinau na Vila São Miguel, em Miranda, abordarei sensações que eu tive entre Território, Educação e Criança Indígena, trazendo, como o território é importante para vida deste povo, mesmo sabendo que seus espaços onde estão inseridos não os pertence, não consegue viver seus costumes por falta de seus territórios tradicionais e como a educação se perpassa para a Criança Indígena forma de educar e viver as suas tradições e costumes quais os desafios, avanços e as possibilidades, não perdendo o olhar em uma educação que passa pela Vida, pela história, pela vivência, pela cultura no respeito da sua ancestralidade, transferências de conhecimentos prévios, recuperação de seus valores tradicionais

2. TERRITÓRIO: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA NA VIDA DA CRIANÇA INDÍGENA

Quando falamos em território indígena, é muito mais do que um pequeno espaço delimitado, mas sim um espaço onde é palco vivo de educação, memória, costumes, onde se molda a sua identidade própria, costume, valores, onde a criança aprende, adquire o seu conhecimento informal e formal através da construção dos valores e cosmovisões. E a liberdade que a criança indígena encontra em seu território é essencial para o seu desenvolvimento integral.

Este território primordial onde a cultura vive em cada indivíduo. O lugar onde ela se manifesta e se revela sensível, viva. Dado que ela é aprendida desde o nascimento, admite-se que, até mesmo antes, é transmitida pelos mais velhos aos mais novos. [...] inscrevem-na profundamente nas suas estruturas psicofisiológicas a partir de sua sensibilidade. Constituem as primeiras marcas, aquelas que vão ficar mais profundamente inscritas, integradas no indivíduo. (GRANDO, 2004, p. 43).

Durante minha convivência com o povo Kinikinau, fiquei encantada com a autonomia das crianças e a forma leve e integrada como aprendem e crescem. Elas conciliam responsabilidades como cuidar dos irmãos e dos afazeres domésticos, acompanhar os pais na roça e aprender os trabalhos artesanais tradicionais. E ainda encontram tempo para brincar, desfrutar



da família e ir à escola. É realmente inspirador ver como a transmissão do conhecimento acontece de forma tão natural e orgânica.

Sendo a infância uma etapa percorrida para se aprender a viver em sociedade, as crianças aprendem brincando, imitando os mais velhos, participando da tradição oral, das atividades do dia-a-dia e dos rituais inerentes a cada cultura, aprendendo assim as regras do convívio social... Os pais são os grandes responsáveis pela sua socialização, mas os parentes e as pessoas do convívio também se empenham para integrá-las à vida comunitária, transmitindo valores e tradições. Na verdade, a educação infantil no interior das comunidades indígenas não chega a ser um problema, ela ocorre espontaneamente e de maneira prazerosa, interativa, natural (Venere; Velanga, 2008, p. 179).

É dilacerante testemunhar o sofrimento das crianças indígenas presas a um ciclo de privações, privadas de seus direitos básicos – elas são vítimas de um sistema que ignora sua história e menospreza sua cultura. Enquanto seus pais lutam pela reconquista de suas terras e pela liberdade, as crianças carregam o peso da insegurança, da falta de oportunidades e do futuro incerto, em meio ao êxodo e às dificuldades impostas pelo desterritorialização. A beleza de sua cultura, a riqueza de suas tradições, ficam ofuscadas pela dor e pela necessidade de lutar por um futuro digno, nisto, soma- se ainda o art. 231 da Constituição Federal:Art. 231. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Através deste artigo 231, se torna um escudo poderoso para proteger os direitos dos Povos Indígenas, inclui também que a criança indígena tenha o seu direito de viver de acordo com o seus costumes, tradições, cultura, mas também, elas tem o direito de viver em suas terras ancestrais, um ambiente que preserva a sua cultura e identidade. O Indígena Kinikinau, em termos referente a este, falou do seu maior sonho e a importância de seu território, não somente bom pra todos eles, mas para seus filhos e netos.

“Queria chegar junto com as minhas crianças e como todo o povo Kinikinau. E descansar com toda a tranquilidade. Vamos deixar as nossas crianças no que é deles, eles vão plantar, vão criar, estudar e formar nesta terra Kinikinau e a gente vai continuar a lutar. A luta não é fácil, mas a gente vai superar. (Depoimento de um Indígena Kinikinau).

Para que a criança possa crescer, sadias e seguras, é necessário que tenha como algo primordial seu território, tenha acesso a educação, à saúde e cultura, a falta de políticas adequadas influencia negativamente no seu processo de aprendizagem e desrespeito à sua cultura, por isso é de suma importância que o estado deva proteger os direitos da criança indígena contra todo tipo de invasões e violações, garantindo um ambiente seguro para o seu crescimento.

As crianças são definidas, pela Constituição Brasileira (Brasil, 1988), como sujeitos de

direitos. Assim, do ponto de vista legal, é dever das escolas incorporar a seus projetos político-pedagógicos a escuta dos desejos infantis de conexão, assim como, oferecer espaços e tempos para a expressão da atração inata das crianças pelo universo natural. Essa atração, alimentada pelos educadores, em sua maioria mulheres, além de potencializar seu desenvolvimento, contribuiria para uma percepção de si como seres que são parte deste universo e, portanto, aumentaria a sua capacidade de agir em defesa dele (Tiriba, Profice, 2019, p. 11).

Em outras palavras, como foi abordado antes, a importância que se tem o território para a criança Indígena, que é muito mais que um espaço físico, mais sim, um espaço onde elas explora, aprende, onde a cultura se manifesta em cada canto, em cada tradição e em cada relação com a natureza. A criança aprende a cuidar da vida, da terra onde envolve a própria natureza, os cosmos, cultivando valores próprios da sua comunidade, por isso mesmo que a educação transcede a sala de aula.

A educação, como processo, deve ser pensada como a maneira pela qual os membros de uma dada sociedade socializam as novas gerações, objetivando a continuidade dos valores e instituições consideradas fundamentais. As sociedades tribais possuem maneiras específicas para socializar seus membros jovens, dentro dos padrões da cultura tradicional. A diferenciação básica entre os procedimentos utilizados pelas sociedades tribais e uma sociedade nacional qualquer, em tempos do presente, está na não formalização dos sistemas de socialização tribais. Não há, assim, escolarização formal entre os indígenas, em termos das culturas tradicionais (Santos, Sílvio Coelho p. 53-54).

As crianças Kinikinau, brincando em seus territórios, revelam um universo de criatividade, imaginação e liberdade, além de uma verdadeira relação com a natureza. Elas exploram o ambiente, desvendando um mundo de sensações, sabores e produções, o que demonstra a profunda ligação com a terra. Como diz Rubem Alves: 'A criança aprende brincando e, ao brincar, se torna feliz. Não existe um processo educacional rigoroso; à primeira vista, parece não haver regras. Em nenhum momento vi a mãe castigar ou bater, mas observei um olhar penetrante que diz muito, e a própria criança percebe isso. É um ambiente vivido de um modo diferente. Embora pareça que não haja regras, elas existem, manifestadas em brincadeiras que imitam o papel de mães e pais.

as crianças vivem uma permissividade quase sem limites, são onipresentes na aldeia e nas áreas circundantes, e punições quase não acontecem [...]. É exatamente essa aparente desordem ou falta de ordem, ou antes, uma ordem vivida de outro modo, imersa num espírito lúdico, espontânea e sem compromisso, que pode estar no cerne de todo um processo educacional. [...] o que pode parecer caótico e sem regras, obedece a esquemas rigorosos de construção e transmissão de saberes, e é desse modo que as crianças os incorporam e dele vêm tomando consciência. (Nunes, 2002, p.71-72).

Sabemos também que a intrnet, jogos digitais, torna- se um novo território do brincar

dentro da aldeia, na vida da criança indígena e não deixa de ser um espaço ideal para divulgar a sua cultura, mas também um espaço de denuncia. As tecnologias são ferramentas fundamentais para ter mais acessos a recursos educacionais, para preservar e documentar a sua cultura, mas também, pode contribuir riscos para as crianças indígenas, com uso desenfreado, não se socializa, e prejudica na saúde física e mental e a perda de valores culturais.

Assim, é preciso investir em outros meios de aprendizagem para que os alunos possam aprender o conteúdo, e nesse caso, o professor precisa explorar os outros meios e métodos de ensino que podem proporcionar isso aos alunos indígenas. Contudo, quanto ao exemplo dado no parágrafo anterior relacionado a manutenção e montagem de computadores, já é possível encontrar em algumas escolas, várias abordagens deste conteúdo através de mídias, ilustrações, vídeos dentre vários outros instrumentos que auxiliam no aprendizado. (Cosmo; Santos, 2020, p.5)

Falar também da educação de uma criança indígena, integrando com a dança, arte, ela fortalece cada vez mais a experiência e a conexão com o meio ambiente e as tradições ancestrais. A conexão com a natureza, com os brichos, se torna um espaço de aprendizado, e algo que está interligado em seu cotidiano, não se anda separado. Já de pequenos, começam a aprender a observar os fenômenos da natureza, os ciclos, participam de atividades como agricultura, aprende a plantar, colher, caçar de forma responsável e dá a importância para sustentabilidade.

A vivência se dá no encontro, na situação vivida e no modo de se afetar por ela. Portanto, partimos da ideia de que as vivências das crianças na natureza fortalecem seu vínculo com o mundo natural bem como fomentam o conhecimento local acerca dos ambientes, dos seres e dos processos naturais (Tiriba, Profice, 2019, p. 9).

Um ponto crucial é a necessidade de uma escola indígena que esteja conectada com a realidade da comunidade, incluindo sua vida social, cultural e ambiental. A escola onde a criança indígena está inserida deve promover a valorização da cultura e do conhecimento tradicional do seu povo. Nesse contexto, o ensino bilíngue é fundamental para reafirmar a língua materna e facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Nisto nos dis (Sobrinho, 2010, p.76)

Essa é uma linguagem muito significativa para mim, é uma linguagem totalmente ligada à terra, “enterrar o cordão umbilical na terra”, é uma relação do eu com a terra é essa relação de pertencimento que nós indígenas queremos preservar quando falo de minha língua, dos meus costumes, das tradições, das lendas, das comidas, dos mitos e das crenças. Tudo isso, só se mantém vivo a partir da regulamentação do nosso território e a partir de uma educação intercultural e bilíngüe.

Conversando com o povo Kinikinau, mencionou a importância de ter uma escola própria para o seu povo: "Dentro do nosso território precisamos de uma escola nossa, para podermos aplicar a nossa língua para os nossos filhos e não temos este espaço. Aqui na vila, são poucos

falantes, nossa língua está se perdendo, nossas crianças frequentam a escola dos brancos aos redores da Cachoerinha, precisamos de uma escola que esteja conforme nossos costumes". A realidade da falta de escolas indígenas impacta diretamente na preservação da cultura e da língua do povo Kinikinai. A falta de um espaço para o ensino bilíngue contribui para a perda da língua e da identidade cultural. a preservação da língua indígena e sem o domínio da língua indígena, é impossível compreender a forma de pensar de um indígena, e essa perspectiva deve ser integrada nos materiais didáticos de alfabetização., assim como diz.

“É a língua que faz penetrar no modo de pensar e no modo de aprender. Sem a língua, é praticamente impossível saber-se o que pensa um índio. Daí também o perigo de se apropriar de uma arma tão poderosa como é a língua para usá-la contra aqueles que a ensinaram. O que foi dito até aqui se aplica sobretudo à língua indígena, mas se aplica também ao "português indígena" daquela sociedade · indígena que fala português. Também em português pode-se ver e conhecer a história de uma sociedade indígena, história que de uma maneira ou outra terá que passar para os textos da alfabetização” (Melià, Bartomeu, 1979, p. 78).

Um dos grandes acontecimentos na aldeia Cachoerinha foi a criação da Língua de Sinais Terena, resultado da descoberta da surdez de uma criança. Essa iniciativa evoluiu para a criação de uma forma de comunicação própria, mas também uma reafirmação da identidade cultural. A Língua de Sinais Terena garante que as crianças surdas indígenas tenham acesso à educação de qualidade. A combinação da língua materna, da língua portuguesa e da Língua de Sinais Terena cria um ambiente tríngue para as crianças surdas indígenas. Essa iniciativa representa uma oportunidade para promover a inclusão, a cultura e o desenvolvimento integral dessas crianças. No entanto, a implementação dessa proposta exige recursos e a formação integral de professores.

A partir do momento que houver uma política pública voltada para a educação escolar indígena diferenciada, nós indígenas teremos outro olhar sobre nós mesmos, e assim poderemos sentir um pouco do “status” que a nossa língua apresenta para a sociedade envolvente. Enquanto isso não acontece ficamos no discurso bonito que todo mundo sabe fazer quando se fala de escola indígena. Três questões são relevantes para colocar em prática a manutenção da língua: a) Investir na formação do professor indígena; b) Desburocratizar a burocracia com relação às escolas indígenas, parar com dilema: “o índio não quer a escola diferenciada”. c) Diálogo entre comunidades indígenas e as Instituições mantenedoras na construção do currículo diferenciado. (Sobrinho, 2010, p.86)

A escola não deve oprimir, desvalorizar ou excluir a criança indígena; ao contrário, deve enriquecer sua rica bagagem cultural e de experiências. Uma verdadeira educação diferenciada celebra a diversidade, respeitando as necessidades e particularidades de cada aluno e garantindo sua plena inclusão. Conforme Bartomeu Melià (p. 52), existe uma diferença crucial entre a Educação Indígena – baseada na oralidade, na experiência sensorial, no respeito à vida e aos mais velhos, e no cuidado sustentável com o meio ambiente – e a Educação para o Indígena – imposta, voltada para a preparação para o mercado de trabalho e desprovida de tais

valores. Esta última, uma educação não indígena, prioriza a transmissão de conhecimentos científicos e técnicos, a padronização, a busca de status social, a indiferença à vida e ao meio ambiente, a manipulação de tecnologias e a visão utilitarista do conhecimento, desconsiderando o contexto cultural e a sabedoria ancestral.

Quadro1: Educação indígena – Educação para o indígena

EDUCAÇÃO INDÍGENA	EDUCAÇÃO PARA O INDÍGENA
Processos e meios de transmissão	Processos e meios de transmissão
<ul style="list-style-type: none"> ● Educação informal e assistemática ● Transmissão oral ● Rotina da vida diária ● Inserção na família ● Sem escola ● Comunidade educativa ● Valor da ação ● "Aprender fazendo" ● Valor do exemplo ● Sacralização do saber ● Persuasão ● Formação da "pessoa" 	<ul style="list-style-type: none"> ● Instrução formal e sistemática ● Alfabetização e uso de livros ● Provocação de situações de ensino artificiais ● Deslocamento para a aula ● Com escola ● Especialistas da educação ● Valor da memorização ● "Aprender memorizando" ● Valor da coisa aprendida ● Secularização do conhecimento ● Imposição ● Adestramento para "fazer coisas"
Condições de transmissão	Condições de transmissão
<ul style="list-style-type: none"> ● Processo permanente durante toda a vida ● Harmonia com o ciclo de vida ● Gradação da educação conforme o amadurecimento psicossocial do indivíduo 	<ul style="list-style-type: none"> ● Instrução intensiva durante alguns anos ● Sucessão de matérias que têm que ser estudadas e saltos de uma para outra ● Passagem obrigada por um currículo determinado de antemão para todos
Natureza dos conhecimentos transmitidos	Natureza dos conhecimentos transmitidos
<ul style="list-style-type: none"> ● Habilidade para a produção total dos próprios artefatos e instrumentos de trabalho ● Integração dos conhecimentos dentro de uma totalidade cultural ● Integração correta na organização tribal ● Aprofundamento nos conhecimentos das tradições religiosas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Manipulação de tecnologia importada ● Segmentação dos conhecimentos adquiridos ● Adaptação dentro de um estrato ou classe da sociedade nacional ● Conversão e catequese para uma nova religião
Funções sociais da educação	Funções sociais da educação
<ul style="list-style-type: none"> ● Ajustamento das gerações ● Preservação e valorização do saber tradicional, em vista a uma inovação coerente ● Seleção e formação de personalidades livres 	<ul style="list-style-type: none"> ● Afastamento e mudança com respeito à vida dos velhos ● Adaptação continua às novidades, mesmo ainda não compreendida ● Massificação no genérico

Fonte: Bartolomeu (1979, p. 52)

2.1 Educação indígena como espaço de luta e resistência

Sabemos que a educação indígena no Brasil, é marcada por uma história triste, dolorosa de luta e resistência, é algo tão complexo com marcas que perduram até hoje por práticas colonizadoras, que possibilitou a perda de sua cultura. Por não saber ler e escrever, ou não falar da mesma língua dos brancos, não se vestir como os brancos, eram ditos como primitivos ou selvagens e a educação indígena era vista como civilizar e não preservar a sua cultura.

A pretensão de dar uma educação para o indígena se centra logo desde o início sobre a alfabetização. A educação para o indígena se abre com esse quase rito de ensinar a ler e escrever ao indígena. É a condição sine qua non para poder dar uma educação ao índio. Aliás, o fato de uma cultura não ter escrita, às vezes é considerado como sinônimo de não ter educação, nem poder ter progresso. (MELIÀ, 1979 p.58)

Sabemos também, muitos avanços aconteceu por parte dos movimentos para garantir uma educação inclusiva que respeite e valorise os modos e jeitos, a diversidade cultural e linguística do Brasil. Decretos e leis, que tratam a educação indígena, intercultural e linguística e bilíngue e multilingue do Brasil, tudo isso, são formas de resistência e luta por parte dos povos e movimentos.

“No final dos anos de 1980, a partir das lutas sociais do movimento indígena e indigenista, no contexto da redemocratização do país, os povos indígenas adquiriram o direito a uma educação diferenciada a ser realizada em escolas indígenas específicas, diferenciadas, interculturais e bilíngues/multilíngues amparados em diversos documentos legais (BRASIL, 1988, 1996, 2001, 1999, 2009, 2012)” (Troquez, Santana, 2022, p. 172).

Existe leis que apoiam a educação indígena, temos: Constituição Federal de 1988: A Constituição Brasileira de 1988, a Carta Magna do país, garante o direito à educação para todos, incluindo os povos indígenas. Ela também reconhece a importância da preservação das culturas e línguas indígenas; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação no Brasil, reconhece a educação indígena e a necessidade de utilizar as línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem; Lei nº 11.645/2008, essa lei torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Além dessas leis, outros documentos legais que dá a garantia da educação indígena, como o Decreto nº 6.861/09, que trata da organização territorial escolar indígena, e a Lei nº 14.191/2021, que inclui a Educação Bilíngue de Surdos na LDB como uma modalidade de ensino independente. É pela luta e a resistência destes povos que deram garantia pelo seus direitos na educação.

a legislação brasileira, consta que as populações indígenas têm direito a escolas específicas, diferenciadas, interculturais e bilíngues (Constituição Federal de 1988 – LDB 9394/96 – Parecer 14/99 – Resolução 03/99/CNE e Plano Nacional de Educação de 2001), conquistando juridicamente o reconhecimento da multietnicidade, pluralidade e diversidade não só como uma diferença que se faz presente no contexto da “nação maior”, mas também como diferença que se constitui no interior de cada comunidade, valorizando e sistematizando os seus conhecimentos tradicionais, a sua organização social, as suas formas de representação de mundo, traduzindo o meio contemporâneo, marcado por fronteiras e negociações” (Argulhera Urquiza, 2011, p. 345).

O povo Kinikinau, símbolo de luta e resistência, sofre profundamente com a perda de seu território ancestral. A ausência de acesso a uma educação que respeite seus costumes, tradições e língua materna configura um grave obstáculo à plena realização do direito à educação. Uma educação que não valoriza sua identidade e seus saberes coloca em risco a própria cultura Kinikinau. Urge, portanto, a implementação de soluções como escolas bilíngues e currículos interculturais, que garantam a preservação de sua rica herança. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) asseguram esse direito à educação diferenciada e específica para os povos indígenas, respeitando suas culturas e identidades.

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa (LDB, Lei nº 9.394/96).

Ao analisar a história do povo Kinikinau, observa-se que foram considerados extintos, um fato que o próprio Estado silenciou, legitimando-os como povo Terena. Há ausência de dados sobre sua cultura e história, incluindo o sistema educacional. Conforme relatavam, ao matricular seus filhos na escola, estes eram registrados como pertencentes ao povo Terena. Era uma educação imposta pela SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que visava à assimilação e à supressão da cultura nativa. A falta de acesso a uma educação que respeitasse sua língua, costumes e visão de mundo impediu a transmissão do conhecimento de geração em geração, acelerando o processo de desaparecimento.

Conquanto afirmem e vivenciem até o presente seus modos próprios de educação, nesses séculos de conquista os povos ameríndios foram invadidos também pela escola, instituição constituída e constituidora de outra concepção de mundo. Gestada na modernidade ocidental, inspirada na ciência moderna que ordena e fragmenta o conhecimento, a escola impõe aos indígenas portadora de um projeto educativo para a formação de cristãos e súditos da Coroa portuguesa e, posteriormente, de cidadãos portadores de uma identidade nacional (Medeiros, Juliana Schneider, 2010, p. 56).

A garantia de educação de qualidade para povos indígenas em aldeias urbanas exige a superação de desafios como: muitas vezes sem acesso a água encanada, eletricidade, saneamento básico, melhoria das condições de moradia; infraestrutura de transporte segura; escolas que não valorizam suas culturas, preconceito, violências, falta de recurso escolares, além de um ambiente inadequado para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, representando um desafio constante, mas também propostas pedagógicas diferenciadas em sala de aula que não contempla a suas especificidades.

“Percebemos que as políticas públicas educacionais para a diversidade cultural re-conhecem os saberes e a presença indígena na escola. Porém, as escolas têm a responsabilidade, além de reconhecer, incluir no currículo os saberes desses povos às suas características culturais e sociais, propondo ações específicas para o desenvolvimento de programas de ensino interculturais” (Rodrigues 2015, p.54).

Existe, sim, em nosso país, uma desigualdade educacional, não apenas nas aldeias urbanas, mas também na educação dentro dos territórios indígenas. A falta de recursos e a formação inadequada para professores indígenas têm consequências sérias. Conversando com jovens indígenas Terena e Kinikinau, eles comentaram sobre essa precariedade em seus territórios: professores despreparados e falta de recursos financeiros que impedem a manutenção das escolas, a infraestrutura básica, os materiais didáticos e o acesso às tecnologias. A ausência de professores qualificados e preparados para lidar com a realidade do seu próprio povo impacta também o acesso à língua, à cultura e na sua própria cosmovisão.

“Pela rara inclusão de estudos no que concerne a referida lei nos cursos de licenciatura, pela ausência de formação continuada para professores/as no que se refere a temática em questão, falta de fiscalização sobre produção e distribuições dos subsídios didáticos, principalmente o livro didático que atualmente no processo da sua produção continua imperando a ordem mercadológica, a exemplo das imagens impressas sobre as populações indígenas, geralmente datadas do século passado, e muitas vezes repetidas em vários volumes e coleções didáticas e, finalmente, a mais grave das carências, é o resultado de todas as carências citadas, como reflexo nas práticas docentes, que continuam defasadas ou equivocadas no que se refere às exigências da Lei 11.645/08” (Silva, 2012, p.5).

3. UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDIGENA NO BRASIL

Este texto analisa a história da educação indígena no Brasil, abordando os impactos da colonização e buscando ilustrar, com base em minha experiência com referenciais teóricos, apontando também as demandas do povo Kinikinau: a falta de território e de espaços educacionais próprios. Autores como Mélia (1979) e Medeiros (2010) criticam a visão colonizadora e eurocêntrica da educação, que desconsidera os conhecimentos tradicionais indígenas, resultando em sua desvalorização. Troques e Santana (2022) destacam a conquista de direitos à educação indígena a partir da década de 1980, enfatizando a importância da luta e da resistência. Argulher Urquiza (2011) reconhece a diversidade cultural brasileira. Documentos norteadores, como a LDB (Lei nº 9.394/96), preveem a educação escolar bilíngue e intercultural para os povos indígenas. Rodriguez (2015) destaca a importância de incluir os saberes indígenas no currículo escolar, enquanto Silva (2012) aponta os desafios da implementação da Lei 11.645/08, que trata da inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena. A visão tradicional que prioriza a alfabetização como única porta de entrada para a educação, desvalorizando saberes tradicionais, é exemplificada por Melià (1979), que considera a alfabetização como condição essencial para a educação indígena, não esquecendo dos seus valores e tradições. A busca por uma educação diferenciada, intercultural e bilíngüe, reconhecida legalmente desde a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), é apoiada por autores como Troquez e Santana (2022), que destacam a conquista desse direito pelo movimento indígena. Apesar dos avanços legais, a prática ainda enfrenta desafios como a falta de formação docente adequada (Silva, 2012) e a utilização de materiais didáticos descontextualizados (Rodrigues, 2015). A preservação da língua e dos saberes tradicionais, fundamentais para uma educação justa e que valorize a diversidade cultural, é enfatizada por autores como Grando (2004), Vene e Velanga (2008), e Santos (2008). A necessidade de uma abordagem que reconheça a importância da cultura e da língua indígena na construção de uma educação eficaz é também defendida por Sobrinho (2010). A complexidade do processo de implementação de uma educação intercultural efetiva é discutida por Argulhera Urquiza (2011), que destaca o reconhecimento legal da multietnicidade e da diversidade presente na legislação brasileira. A importância de métodos de ensino que contemplem a diversidade cultural indígena é ressaltada por Cosmo e Santos (2020), e a visão da escola como instrumento de assimilação cultural é analisada por Medeiros (2010). Finalmente, Nunes (2002) destaca a importância de reconhecer os esquemas próprios de construção e transmissão de saberes presentes na educação tradicional indígena.

Meu artigo ele foi construído em uma metodologia qualitativa, com o foco na análise de experiência e observações, buscando a importância do território para a educação

indígena. O trabalho, utiliza análise de documentos e relatos indígenas e as observações no dia- dia. Foi feito, um breve momento da análise histórico da educação indígena, mas também explorou na cultura, nos saberes tradicionais, mostrando a criança indígena como um ser e protagonista da sua própria história, também foi analisado documentos norteadores, que contextualizou a educação indígena do Brasil, e apresentou reflexões críticas sobre as políticas públicas para educação indígena e seus desafios e as desigualdades existentes.

Com a minha vivencia junto ao povo Kinikinau, foi compreendido o quanto é importante o território para o cultivo de suas tradições, reforçando a sua dança, arte, língua, e a educação indígena, tendo uma escola em seu território é fundamental para a preservação de sua cultura e da identidade do seu povo. A falta de escolas bilingues e professores que não tem nenhum preparo, é um dos principais desafios. E grande parte dos documentos, trouxe que a educação indígena, foi marcadas por políticas publicas de assimilação e desvalorização de sua cultura indígena.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou a importância crucial do território para a educação indígena, revelando como a perda de terras ancestrais impacta a cultura, a identidade e o desenvolvimento integral das crianças indígenas. "Aqui na vila, são poucos falantes, nossa língua está se perdendo, nossas crianças frequentam a escola dos brancos aos redores da Cachoeirinha, precisamos de uma escola que esteja conforme nossos costumes", afirmou um indígena Kinikinau, expressando a necessidade de espaços educacionais próprios. "Ele explicou que, sem uma escola que valorize a cultura e a língua do seu povo, a identidade Kinikinau se dilui, e a educação se torna um processo de descolamento, em vez de um caminho de fortalecimento, afirmou um indígena Kinikinau, expressando a necessidade de espaços educacionais próprios.

A história da educação indígena no Brasil está marcada por políticas de assimilação que visavam apagar as culturas e línguas indígenas, e a perda de terras foi um dos principais fatores que contribuíram para essa situação. As crianças Kinikinau, privadas de seus territórios ancestrais, enfrentam dificuldades para manter suas tradições e aprender sobre sua história, tudo isso demonstra a necessidade de políticas públicas que promovam a valorização da cultura indígena e garantam o direito à educação diferenciada. A luta pela preservação da cultura e da identidade indígena passa, necessariamente, pela garantia do acesso à educação de qualidade, respeitosa e inclusiva.

O território é um espaço vivo de aprendizado, onde as crianças aprendem sobre a agricultura

sustentável, a medicina tradicional e os rituais ancestrais. A conexão com a terra é fundamental para a transmissão de conhecimentos e valores que moldam a identidade indígena. A falta de investimento em escolas bilíngues e interculturais, e a desvalorização dos saberes tradicionais, estão levando à perda de línguas indígenas e à fragilização da identidade cultural. É urgente que o Estado brasileiro assuma o compromisso de garantir o direito à educação diferenciada para os povos indígenas.

5. REFERÊNCIAS

GRANDO, Beleni Salete. *Corpo e educação: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VENERE, Mario Roberto; VELANGA, Carmen Tereza. **A criança indígena e a Educação Infantil: as complexas relações entre a cultura e a escola na cidade**. Tellus, Campo Grande (MS), ano 8, n. 15, p. 175-191, jul./dez. 2008.

TIRIBA, Léa e PROFICE, Christiana Cabicieri. *Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento*. Educação Realidade. [online]. 2019, vol.44, n.2, e88370. Epub 07-Jun-2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623688370>.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 dez.2024

SANTOS, Sílvio Coelho - **Educação e Sociedades tribais**. Porto Alegre dos 1975.

LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (Orgs.) **Crianças Indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

COSMO, Robson França do; SANTOS, Zélia Maria Melo de Lima. **ENSINO E APRENDIZAGEM UTILIZANDO TECNOLOGIAS NA PERSPECTIVA INDÍGENA**. Maceio- AL,2020. VII Congresso CONEDU - Edição Online referente ao ISSN 2358-8829.

SOBRINHO, Maria de Lourdes Elias. Alfabetização na língua Terena: **uma construção de sentido e significado da identidade Terena da aldeia Cachoeirinha**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação. UCDB. 2010.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

Troquez, Marta Coelho Castro, e Jacqueline Borlinques Paulo Santana. “**Temática indígena Em Escolas Urbanas De Ensino Fundamental**”. Horizontes - Revista De Educação, vol. 11, nº 18, dezembro de 2022, p. 169-90, doi:10.30612/hre.v11i18.16603.

AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilário. **A educação indígena e a perspectiva da diversidade.** *Contrapontos* [online]. 2011, vol.11, n.03, pp.336-348. ISSN 1984-7114.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; Schneider Medeiros, Juliana. **História, Memória e Tradição na Educação Escolar Indígena: O CASO DE UMA ESCOLA KAIKGANG.** *Revista Brasileira de História*, v. 30, nº 60, p. 55-75 .São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Wanda Isabel Senatore Vargas. **A escola urbana e a inclusão de alunos indígenas: os defeitos do currículo em busca de um diálogo intercultural.** 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós – Graduação Mestrado Stricto Sensu em Educação. Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Porto Velho, 2015.

SILVA, M. G. da. **Presença de crianças indígenas em escolas municipais não indígenas de Dourados-MS: a busca de um diálogo intercultural.** In: II CIAEE – CONGRESSO IBERO AMERICANO DE ARQUEOLOGIA, ETNOLOGIA E ETNO-HISTÓRIA, 2012. Anais... Dourados: UFGD, 2012. 1 CD-ROM.